



Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 14/11/2008 às 18h08
Rilvana / Matr.: 37749

Congresso Nacional

MPV - 446

00124

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 14/11/2008	Proposição: Medida Provisória nº 446			
Autor: Deputado Renato Molling <i>PP/RS</i>	Nº do Prontuário			
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> Substitutiva <input type="checkbox"/> Modificativa <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutiva Global <input type="checkbox"/>				
Artigo:	Parágrafo:	Incisos:	Alínea:	

Acrescenta-se ao art. 22-A da MP nº 446/2008,
na seção sobre Assistência Social.

Art. 22. As entidades beneficentes de assistência social que prestam serviços em saúde e educação poderão aplicar os recursos financeiros previstos nos artigos Art. 8º e 14 em Assistência Social, como forma atingir os montantes financeiros mínimos exigidos nesta lei.

§ 1º A aplicação prevista no *caput* não deve representar prejuízo as regras específicas dispostas nas seções anteriores,

§ 2º A atuação em assistência social deve atender aos requisitos desta política pública e o montante aplicado deve ser segregado na demonstração contábil.

JUSTIFICAÇÃO

Embora os controles devam ser feito dentro de cada política pública, as entidades que já atuam em mais áreas e prestam relevante serviço na sociedade, devem ter a liberdade de manter sua organização. Além disto, muitas atividades de Assistência Social deixarão de receber recursos, dada a prática de aplicação nesta política pública, que entidades preponderantemente de saúde ou educação fazem. São inúmeros os exemplos de entidades que redirecionaram sua atuação, tendo em vista que os serviços de educação e saúde já tinham uma atenção suficiente, canalizando a maior parte dos recursos para a Assistência Social. Milhares, ou milhões, de usuários serão prejudicados se este dispositivo não for incorporado à nova lei.

Assinatura:

CONFERE COM O ORIGINAL

Claudia Lima Nascimento
Sen. a-Geral da Mesa

